

Simonsen: a situação melhorou. Mas só até o réveillon.

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen previu ontem a queda da inflação em 1984 — embora sem mencionar índices — mas evitou previsões sobre a atividade econômica, ou seja, se haverá maior recessão ou alguma recuperação. “Os jornais atribuam-me as duas hipóteses — recessão e retomada — mas a conclusão é que não faço nenhuma das duas” — declarou durante seminário realizado no Mak-soud Plaza, comemorativo dos 55 anos da corretora Souza Barros.

— Clareamos os horizontes apena-s do réveillon de 1983 — afirmou o ex-ministro sobre a nova renegociação da dívida externa. — Os prazos são muito mais exigentes do que as possibilidades de pagamento.

Sua exposição foi moderadamente crítica. Sobre a inflação de 200%, ironizou declarando que “é uma contribuição de nossa política econômica”, explicando: “Nada justifica os 200% salvo a falta de vontade ou competência. Isso se explica pelos orçamentos múltiplos, pela política monetária mais obcecada com um conceito convencional de moeda”.

A maior parte de sua exposição foi dedicada a aspectos externos. “A origem da crise atual — declarou — está no despreparo do sistema financeiro internacional para responder às necessidades do crescimento econômico.” Esse sistema, observou ainda, foi criado para satisfazer os povos e não os financeiros.

O ex-ministro disse que é fácil criticar os governos e os burocratas, “mas a crise não é monopólio brasileiro, atinge a maior parte dos não-desenvolvidos e mesmo países desenvolvidos. A crise assola as ditaduras e as democracias. Se algo deve ser buscado como raiz, não



deve ser o sistema político. O epicentro é a desorganização do sistema financeiro internacional”.

Transição

Simonsen considerou que o Brasil vive hoje somente uma fase de transição na negociação externa, na qual usa “o agente disponível, o FMI”, e considerou que se vive um mundo de ficção, “no qual predomina o cerimonial sobre a lógica”. Como exemplo, citou o fato de que os atrasados não podem ser normalmente contabilizados pelos bancos norte-americanos, porém esses bancos podem considerar os juros como novos empréstimos. A seguir, recordou que “os três anos do FMI — o prazo dos acordos — são um prazo exígido para que se cuide de um ajuste estrutural”.

Defendendo a necessidade de ampla renegociação dos débitos, que entretanto não prevê para os próximos dois ou três anos, Simonsen considerou que uma das melhores fórmulas que conheceu consiste em destinar um percentual das ex-

portações — “um número mágico que pode ser 20, 25 ou 30%” — para o pagamento dos juros, de tal forma que os restantes 70 ou 80% destinem-se à satisfação das importações. Com uma fórmula desse tipo, é possível, na opinião de Simonsen, reordenar as dívidas externas, “mas essa fórmula só é compatível com níveis de juros inferiores a 6,25% ao ano”. Como idéia para reduzir os juros, sugeriu analisar uma eliminação do imposto de renda tanto para os juros pagos quanto recebidos, de forma a evitar dificuldades tributárias.

— A dívida deve ser paga com exportações. Se o encargo for pesado demais, o País acabará se isolando do mundo ou entrando em trocas diretas.

Política interna

Simonsen voltou a defender a unificação dos orçamentos — da União, Monetária e das Estatais — e afirmou que “o atual sistema permite criar despesas sem autorização do Congresso. Há pedidos incessantes de verbas extra-orçamentárias. Só os grandes gastadores colhem benefícios”.

Mais adiante, classificou os ministros entre os que são avaliados pelo quanto conseguem gastar e os que dependem do quanto economizam. Isto cria, em sua opinião, situações absurdas, que seriam minimizadas se fosse necessária aprovação do Congresso para novos gastos.

O ex-ministro afirmou que considera possível a equiparação das correções monetárias e cambial, como vem afirmando as autoridades com base no adendo à Carta de Intenções ao FMI. “As regras são necessárias. Acho possível que a equiparação exista por um período de um ano e meio.”